

**Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2018.**

(Da Sra Deputada Luizianne Lins)

Requer aditar o requerimento de 3/2017, incluir convidados pretendendo ampliar a discussão e análise de dados oriundos de pesquisas sobre a violência e resultados de políticas públicas de enfrentamento.

Requeremos, com base no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 3º, inciso III e V, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2014, a realização de audiência pública para discutir modelos e resultados das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

**JUSTIFICATIVA**

Vemos a cada dia dados alarmantes relacionados à violência, a veiculação nas mídias chama atenção e intimida a todos. Para enfrentar essa situação é preciso compreender a realidade social, identificando problemas, e, a partir deles, definir e implementar uma política pública efetiva com estratégias de ação, objetivos e metas.

Os esforços para avaliação de ações e políticas públicas têm recebido uma atenção cada vez maior e, conseqüentemente, maior espaço na agenda do Congresso Nacional, como instrumento de materialização da prerrogativa constitucionalmente conferida ao Poder Legislativo de controle das ações do Poder Executivo.

No que diz respeito aos esforços para avaliar as políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, destacamos o trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado e, mais recentemente, pelo Observatório da Mulher contra a Violência.



Desde 2005, ano anterior à promulgação da Lei Maria da Penha, o DataSenado aplica, a cada dois anos, pesquisa telefônica sobre o tema violência doméstica contra a mulher. A análise comparativa entre os resultados obtidos na última edição dessa pesquisa, realizada em 2017, e aqueles relativos às edições anteriores indicaram que o problema da violência doméstica e familiar contra mulheres no Brasil tem passado por transformações.

Uma das constatações verificadas nessa última edição foi o aumento significativo do percentual de mulheres que declararam ter sido vítimas de algum tipo de violência provocada por um homem: esse percentual passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017. Apontou, ainda, o incremento do percentual de mulheres que afirmou não ter tomado qualquer atitude após a última agressão sofrida, que passou de 15%, em 2013, a 27%, em 2017.

Tais transformações foram investigadas em pesquisa qualitativa, realizada pelo Observatório da Mulher contra a Violência, “Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”. Dessa forma, queremos conhecer o olhar e resultados dessa pesquisa e a efetividade da política de enfrentamento.

Diante de tais considerações, a realização da audiência pública objeto deste requerimento tem por objetivo reunir especialistas capazes de aprofundar a discussão acerca da violência estrutural e a inferência na violência contra a mulher.

Para tanto, sugerimos como convidados para participar desta audiência:

**Henrique Marques Ribeiro**, Coordenador do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal;

**Wânia Pasinato**, Professora e Assessora do USP/Mulheres da Universidade de São Paulo;

**José Raimundo Carvalho**, Professor do CAEN/UFC e Coordenador Mundial da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

**Milena Fernandes Barroso**, Professora, estudiosa e pesquisadora do tema da violência doméstica sob a perspectiva estrutural;



**Júlio Jacobo**, Professor e autor do “Mapa da Violência 2015, Homicídio de Mulheres”.

Portanto, diante da justificativa ora expostas, peço às nobres e aos nobres colegas a aprovação deste requerimento.

**Luizianne Lins**  
**Deputada Federal (PT/ CE)**



CD/18172.10804-43